

## **SOCIALISMO EM KARL MARX**

***Luis Augusto Carratte de Mesquita***

*Advogado da União, PRU 4ª região*

1. As Reformas Sociais e o Socialismo;
2. O Socialismo Marxista;
3. Hegel e Marx;
4. Modalidades de Socialismo;
5. Breve Síntese do Socialismo Marxista;
6. O Manifesto Comunista;
7. Bibliografia.

### **1 - AS REFORMAS SOCIAIS E O SOCIALISMO**

De uma maneira geral os movimentos para a melhoria das condições sociais e econômicas surgiram após grandes crises. A desigualdade na distribuição da propriedade e das riquezas tem sido uma das características da sociedade humana, porém a análise histórica tem demonstrado que, em determinados períodos, essa desigualdade foi mais pronunciada.

Nos séculos XVII e XVIII as teorias políticas referem-se principalmente ao problema da organização do Estado. Contudo, durante os últimos duzentos anos, com as gradativas transformações provocadas pela Revolução Industrial, como a concentração cada vez maior do proletariado ao redor das fábricas, o aumento de população e a marcada distinção surgida entre patrões e operários, os reformadores sociais foram aparecendo em maior número.

O socialismo não é de origem recente. Suas idéias fundamentais aparecem na Antiguidade com a República de Platão, onde o filósofo grego imaginou uma cidade cuja divisão das classes sociais não se baseava no nascimento ou na riqueza, mas sim na capacidade de cada indivíduo para aproveitar a educação que lhe fosse dispenseada. Tomás Morus, em seu livro *Utopia* (1516), atacou a propriedade privada que considerou a principal causa dos crimes. Os habitantes de Utopia, uma ilha imaginária, trabalhavam somente seis horas por dia e não usavam moeda.

Mais tarde, Campanella, no livro *Cidade do Sol* (1623) admite um regime de absoluta igualdade. Harrington, no seu livro *Oceana* (?), imaginou uma sociedade com limitações na propriedade privada e Morelly, no livro *Basiliade* (1753) criticou a propriedade e defendeu a igualdade na posse das riquezas.

Durante a Revolução Francesa, Graco Babeuf pregaria, sem resultado, uma "república de iguais".

Mas, foi na Inglaterra onde primeiro se fizeram sentir os efeitos da Revolução Industrial. Em 1800, Robert Owen, rico industrial inglês, criticou o sistema econômico vigente naquela época, propondo a organização da sociedade em comunidades cooperativas, nas quais cada membro receberia apenas um "bonus" proporcional às suas horas de trabalho. Tentou realizar seu ideal socialista com a comunidade de Orbiston na Escócia e a de New Harmony nos Estados Unidos; ambas, porém, fracassaram em pouco tempo.

A palavra socialismo parece ter sido usada pela primeira vez em 1832, num artigo escrito pelo jornalista francês Pierre Leroux. As condições sociais e econômicas da França durante o período da Revolução e da Restauração dinástica (1815-1830, desconfiança em relação ao poder versus a prática das instituições) ocasionaram o aparecimento de um grupo de pensadores como Fourier, Saint-Simon, Proudhon e Louis Blanc, que se tornaram conhecidos pelo nome de socialistas utópicos ou socialistas românticos.

Saint-Simon (1760-1825) era membro de uma antiga e aristocrática família e em sua obra principal, O Sistema Industrial (1800), propunha que a sociedade se organizasse sobre uma base industrial. Sugeriu a abolição de todas as formas de religião existentes e o restabelecimento de uma nova ordem moral, fundada nos princípios de Jesus Cristo, visando à melhoria da situação das classes mais desafortunadas. Algumas de suas doutrinas serviram de fundamento ao positivismo de Augusto Comte e relacionaram-se estreitamente com o liberalismo econômico.

Fourier era membro da classe burguesa, classe à qual pertenciam quase todos os chefes do socialismo utópico. Imaginou a criação de pequenas comunidades socialistas, denominadas "falanstérios".

Outro socialista utópico foi Cabet que em 1840 descreveu uma sociedade imaginária, a Icária, nos moldes de seus antecessores. Como consequência de seu livro Viagem à Icária, estabeleceram-se algumas comunidades-modelo no Texas e em Illinois.

Depois da revolução de 1848 (liberalismos monárquicos, parlamentarismos) não melhorou a sorte dos trabalhadores, e como eles comesçassem cada vez mais a ter consciência de sua força, manifestaram-se em Lyon e Paris, onde o Partido Republicano lhes deu apoio.

Louis Blanc, que havia tomado parte na Revolução de 1848, autor de um livro intitulado A Organização do Trabalho, como líder do proletariado exigia que o Estado se apoderasse do sistema econômico, para garantir trabalho e justiça a todos. Enquanto isso, Proudhon, em seu livro O que é a propriedade afirmava, respondendo a si mesmo, que a propriedade era um roubo.

## **2. O SOCIALISMO MARXISTA.**

A burguesia havia conseguido, em 1848, terminar a sua obra iniciada em 1789, apoderando-se do Legislativo, do governo do Estado, a fim de amoldá-lo melhor às suas condições de desenvolvimento. Na Inglaterra, desde 1815, crescia a divergência entre a landed aristocracy e a middle class. Na França, depois de 1830, aparecia o proletariado como forte parceiro no jogo econômico. Quanto à Europa Central e à Itália, o esfacelamento territorial constituía um obstáculo ao pleno desenvolvimento do capitalismo, que necessitava, para a sua atuação, de mais amplas unidades geográficas para maiores unidades econômicas, na sua tendência ao mercado mundial. Dai as forças nacionalistas encontrarem terrenos favoráveis à unificação na Alemanha e na Itália; era a fase histórica que devia caracterizar a segunda parte do século XIX com a formação de suas respectivas nacionalidades.

Os acontecimentos de 1848, e principalmente a repressão de junho em Paris, evidenciavam a insuficiência prática das teorias socialistas emitidas na primeira parte do século. Os socialistas ditos utópicos eram, em regra, partidários de uma evolução que encontrava, na burguesia, incompreensão e mesmo oposição violenta, como havia sido registrada em vários países, nas décadas anteriores.

Surgia então a personalidade de Karl Marx (1818-1883), filho de um advogado judeu convertido, que estudara nas Universidades de Bonn e de Berlim, onde, sob a influência de Hegel e de Feuerbach, amoldava as suas tendências socialistas, baseadas sobre suas observações pessoais. Marx combinava correntes de idéias diferentes: a filosofia clássica alemã, a economia política inglesa e as doutrinas revolucionárias francesas. Em 1844, faz amizade com Frederic Engels, em Paris. Depois de ter criticado Proudhon na Miséria da Filosofia, aceitou a incumbência de uma Liga Comunista de Londres para redigir um manifesto do partido. Nisto trabalhou com Engels, e o famoso MANIFESTO foi publicado em fevereiro de 1848, quando principiavam os movimentos revolucionários na Europa. Voltando a Alemanha, Marx procurou auxiliar o movimento que parecia encabeçar o Parlamento de Francfort, publicando a sua Nova Gazeta Renana. A contra-revolução o alcançou; foi expulso e foi viver em Londres, onde passaria os últimos trinta anos de sua vida. Na capital inglesa, tomou parte na organização da Associação Internacional dos Trabalhadores, que, em 1864, reunia a Primeira Internacional na qual desempenhou um papel preponderante nas declarações e resoluções emitidas pelo partido.

O Manifesto Comunista de Marx e Engels é um apelo ideológico à ação direta, em franca oposição às teorias que, acima das classes proletárias, pretendiam falar em nome delas. Ao mesmo tempo unia a anatomia do corpo social, baseada na experiência histórica com o cientificismo e, por isso, chamou-se socialismo científico. É, antes de tudo, uma repulsa das soluções parciais, por meio de emendas e reformas.

O Manifesto compreende quatro partes desiguais: um histórico interpretativo da situação criada pela burguesia; uma crítica severa das instituições burguesas (propriedade, família, pátria, religião); uma apreciação da literatura socialista de autoria burguesa, alemã, feudal, conservadora e utópica; por fim, um rápido exame do comunismo em relação aos demais partidos de oposição nos diferentes países (social-democratas, radicais, etc.). É nesta última parte que Marx chama especialmente a atenção para as condições que, na sua opinião, cercavam a revolução burguesa que se estava esboçando na Alemanha.

Talvez a parte mais interessante do Manifesto seja a primeira, que encerra a sua interpretação materialista da História e a sua teoria da luta das classes, e que contempla a tese econômica da mais valia, posteriormente desenvolvida seu livro *O Capital* (1867). Nesta última obra, Marx expande seus estudos sobre o operariado na Inglaterra e renova as idéias expressas no Manifesto, que é, provavelmente, o melhor reflexo do pensamento socialista em meados do século passado, guiado pelas chamadas idéias-força de Marx.

As teorias do materialismo histórico e da luta de classes se acham condensadas na primeira parte do Manifesto e podem ser analisadas do seguinte modo: A sociedade burguesa moderna se elevou sobre as ruínas da sociedade feudal, sem abolir a luta de classes, apenas criando novas classes com novas formas de luta. A burguesia é essencialmente revolucionária, levada pela necessidade de mercados que a tornam invasora do mundo, assumindo um caráter cosmopolita. O comércio universal conduz à interdependência das nações. Alastram-se os conhecimentos e a produção intelectual ao ponto de as literaturas, de nacionais, evoluírem para uma forma de literatura universal.

Com os instrumentos novos de produção e o progresso dos meios de comunicação, o sistema de vida burguês vai-se impondo em todos os setores exteriores sob o nome de civilização.

Os setores rurais são subordinados aos setores urbanos que vão-se transformando em grandes cidades. A dispersão dos meios de produção vai sendo reduzida pela concentração da propriedade em pequeno número de mãos. O desenvolvimento do capital corresponde a um desenvolvimento do proletariado, isto é, da classe que procura o trabalho que vai aumentar o capital. Mas o proletariado vai evoluindo; na luta inicial, o operário está isolado; depois, lutam os operários de uma mesma fábrica; em seguida, os da mesma profissão; chega a vez dos da mesma localidade, do mesmo país. Os meios de produção são os primeiros atacados, destruídos, queimados. Por fim, os grupos disseminados de trabalhadores acabam constituindo massas compactas, resultantes de sua própria unidade. "Nesta fase, ainda incoerente, os proletários não lutam contra os seus inimigos", diz o Manifesto, "mas contra os inimigos de seus inimigos, os resíduos da monarquia absoluta, os proprietários rurais, os burgueses não-industriais, a pequena burguesia. Assim se torna vitoriosa a alta burguesia. Mas os contatos estabelecidos são suficientes para as lutas locais se transformarem em lutas nacionais com

direção centralizada, isto é, em luta de classes. O proletariado é, de fato, a única classe realmente revolucionária. É menos o sucesso das lutas e muito mais a crescente solidariedade entre trabalhadores que importa.

“Assim como num período anterior um setor da nobreza passou para a burguesia”, diz o Manifesto, “agora uma parcela da burguesia passa para o proletariado, principalmente entre os burgueses ideológicos que se elevaram ao nível de compreender teoricamente o movimento histórico em seu conjunto.”

O operário não tem pátria, mas ao conquistar o poder o proletariado se erigirá em nação e se tornará nacional, porém não no sentido burguês. Aliás o desenvolvimento da burguesia tende a apagar as demarcações nacionais entre povos, com a liberdade do comércio e o mercado mundial. O advento do proletariado precipitará o desaparecimento destas demarcações.

Depois de 1848, Marx publicou estudos que vieram expor mais circunstanciadamente a sua interpretação materialista da História, isto é, da dependência de toda estrutura política, jurídica e religiosa de um povo, das circunstâncias econômicas em que se acha este povo. Classificava em quatro fases os sistemas econômicos que se sucederam: a fase asiática, a fase clássica da Antiguidade, a fase medieval e a fase burguesa, nascidas dos germes umas das outras. Nisto, Marx revela a influência da idéia de evolução, que havia penetrado na consciência social de sua época. O cientificismo de Darwin era latente. Isto era também resultante da dialética, desta ciência das leis gerais do movimento, no mundo exterior como no pensamento humano, segundo os ensinamentos de Hegel.

### **3- HEGEL E MARX.**

Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), autor de uma Filosofia da História, define a dialética como a conciliação dos contrários nas coisas e no espírito. O processo dialético, diz ele, consta de três momentos: tese, antítese e síntese. A uma tese opõe-se uma antítese; o conflito destas vai originar uma síntese. Entretanto, as coisas se encontram em perpétuo movimento e esta síntese traz consigo os germes de seu próprio contrário. Assim, vai engendrar uma nova tese, que, por sua vez, originará uma nova antítese e assim por diante, indefinidamente.

O método dialético afirma a identidade dos contrários. Uma coisa é ela mesma e o seu próprio contrário. O burguês é o burguês, mas ao mesmo tempo a sua condição de burguês é a afirmação de uma realidade cuja negação, cujo contrário, enfim, é o proletário. Para Hegel o problema da democracia estava na conexão do indivíduo com a sociedade. Ele criticava o individualismo e com sua filosofia dizia que o racionalismo, com a dialética do espírito humano, se articulava em três momentos sucessivos: o subjetivo (desenvolvido pelo direito; a moral; e, a ética. Esta última em gradual consonância com a família; a sociedade civil; e, o Estado); o objetivo (a realidade); e, o absoluto (o ideal da Razão Universal). Hegel diferencia a

sociedade civil do Estado. Na primeira, busca-se os interesses individuais, egoístas, por meio do homem privado. No segundo, haveria a superação desta sociedade civil com a busca de interesses coletivos, por meio do homem cidadão.

Karl Marx foi muito influenciado pelo pensamento de Hegel. Não obstante, o criador do marxismo costumava discordar do pensamento hegeliano pelo fato deste afirmar a precedência do espírito à matéria, sendo, portanto, idealista, isto é, a idéia precede a matéria, enquanto Marx afirmava a precedência da matéria sobre a idéia, o que equivale ao materialismo. Segundo Marx, o pensamento de Hegel achava-se estruturado em pirâmide, cujo vértice, contudo, estaria voltado para baixo. Para que o pensamento hegeliano se tornasse perfeito, advertia Marx, seria preciso colocá-lo na posição correta, isto é, despojado do idealismo. O idealismo interpreta o mundo como uma encarnação da consciência do Espírito Universal, da Idéia Absoluta, a que se referia Hegel em sua Filosofia da História, numa concepção essencialmente otimista, na qual a História da Humanidade surge como um processo desenvolvido por uma Razão Universal, cujo desígnio é eterno. Segundo a filosofia idealista, apenas a nossa consciência teria existência real. O mundo material, a natureza, enfim, nada mais seriam do que o produto da consciência humana.

Em O capital, Marx assim critica o sistema hegeliano:

“Meu método dialético não difere somente quanto ao fundamento do processo hegeliano; é precisamente seu contrário. Para Hegel, o processo do pensamento sob o nome de idéia, processo autônomo, criador da realidade, não é mais do que o seu fenômeno exterior. Para mim, o mundo das idéias é apenas o mundo material, transposto e traduzido no espírito humano. A mistificação que a dialética atingiu em Hegel em nada impede este filósofo de ter sido o primeiro a expor, de maneira completa e consciente, as formas gerais do movimento. Mas nele a dialética está ao contrário. É preciso invertê-la se queremos, do invólucro místico, desvendar o núcleo racional.”

Assim, o materialismo dialético marxista difere fundamentalmente da dialética hegeliana, fundada sob o idealismo. Para Hegel, o processo dialético da realidade que nós denominamos objetiva não é mais do que uma manifestação da idéia. Para Marx, entretanto, o mundo material existe independentemente da Idéia, do Espírito.

#### **4. MODALIDADES DE SOCIALISMO.**

Talvez mais do que qualquer outra filosofia social, a doutrina marxista contribuiu à formação de consciência de classe entre os proletários das grandes nações. Difundiram-se as teorias socialistas, mas não deixaram de surgir divergências. A primeira foi a que se produziu com o movimento anarquista, durante a Segunda Internacional. O anarquismo, decorrente dos ensinamentos de Proudhon e do russo Bakunin, pregava a destruição dos Estados Centralizados e reivindicava a liberdade individual, a ser obtida sem

violência. Entretanto, o resultado foi de atentados revolucionários. Só no Congresso de Londres, em 1896, foi o anarquismo eliminado da ação socialista. Deixava, como legado ao sindicalismo, a idéia da ação direta.

Num segundo período de sua evolução, o socialismo procurou fixar os princípios de luta de classe e a atitude a observar em relação aos partidos burgueses.

A Segunda Internacional havia determinado que seria vedado aos socialistas pactuarem com burgueses em governos burgueses. Depois de 1904, o movimento socialista tratou de fixar qual atitude a tomar no caso da deflagração de uma guerra. A Primeira Guerra Mundial provou, entretanto, que proletários lutavam sim contra outros proletários.

Na França, a evolução do socialismo conheceu um episódio trágico: o conflito social denominado Comuna, que se deu em 1871, quando as forças alemãs ainda ocupavam o país. A Assembléia Nacional, eleita depois da queda do Império, tinha-se deslocado de Bordeaux para Versalhes e enfrentava, antes de voltar para Paris, o Conselho Geral da Comuna que havia organizado a defesa da Capital. Este conselho era composto de socialistas, de republicanos revolucionários, que a maioria monarquista da Assembléia Nacional não via com satisfação.

A situação criada pelo cerco de Paris pelos alemães, a fome e a miséria, as medidas tomadas pelo chefe do governo provisório em questões de crédito, dívidas, supressão do soldo da Guarda Nacional, determinaram um movimento de resistência, quando o Governo mandou recolher os 300 canhões, pagos pelos parisienses e colocados em Montmartre. Iniciou-se então a reação dos comunares, isto é, do povo de Paris. As forças do exército penetraram na capital e foram repelindo os revolucionários, reconquistando em sete dias a cidade toda. A batalha foi encarniçada, e violências cometidas de parte a parte. A repressão foi terrível: 20.000 mortos, 13.500 condenados, dos quais metade foi deportada. Assim foi vencida a primeira revolução proletária organizada, chamada Comuna de Paris de 1871 pela alta burguesia, que renovava, com o auxílio do exército de Versalhes, a sua atuação de junho de 1848.

Já na Rússia o movimento socialista conservou-se muito tempo no domínio intelectual. As insurreições e os motins da primeira parte do século, como o decabrismo de 1825 e a revolução polonesa, não procediam de doutrinas socialistas. Os intelectuais que mais se destacaram foram Herzen e Bakunin, em Londres, e Dostoievski, deportado na Sibéria. A libertação dos servos, em 1861, não impediu o surto do nihilismo e do terrorismo.

Os escritores socialistas russos se preocuparam com comunidades rurais e com as cooperativas artesanais, mas julgavam que a fase preliminar de industrialização era necessária para a vitória nas lutas operárias. Não acreditavam que as organizações terroristas fossem o caminho certo para a destruição do regime czarista. Finalmente, as associações operárias fundaram,

em 1895, o Partido Social Democrata russo. Foi em Londres, entre 1900 e 1903, que se encontraram os principais marxistas russos. Longas discussões permitiram a Lenin e a Trotski, ambos de volta da Sibéria, conhecer de perto numerosos socialistas exilados, velhos de idéias antiquadas e jovens exaltados, marxistas ortodoxos. Por fim, no Congresso de Londres de 1903, resolveu-se a crise de divergências, delineando dois partidos: os majoritários ou bolchevistas, sob a liderança de Lenin, partido marxista de ação revolucionária disciplinada, e o partido minoritário ou menchevista, de tendência evolucionista, com Martov e Axelrod.

No fim do século XIX e início do XX estavam, por conseguinte, nitidamente à vista os traços característicos das sociedades civilizadas nos países mais importantes do mundo. A luta entre, capitalismo e proletariado se traduzia principalmente por greves, incidentes e desordens, mas, à medida que ia progredindo a industrialização, multiplicavam-se os conflitos. As associações trabalhistas eram cuidadosamente preparadas para assumir uma atitude negativa na guerra que todos previam, para não se deixar seduzir por impulsos e patriotismo nacionalista na hora das mobilizações.

De outro lado, as idéias sociais penetravam nas classes médias e eram tratadas na literatura, na política e na arte. Daí um surto de boa vontade reformista invade a Europa com a multiplicação de obras -em parte de inspiração cristã (Rerum Novarum, do Papa Leão XIII)- intervindo na execução de serviços de interesse público, nacionalizando estradas de ferro, navegação, correios, foi uma tendência marcada em vários países nos últimos anos do século. Pode dizer-se que foi Bismarck que, para combater o socialismo, iniciou a legislação operária, promovendo leis sobre o trabalho, seguros para a velhice, contra acidentes ou casos de desemprego. Daí nasceu na Suíça, em 1900, uma Associação Internacional, origem do Bureau Internacional do Trabalho (depois, OIT).

## **5. BREVE SÍNTESE DO SOCIALISMO MARXISTA.**

As condições industriais que tinham contribuído para o desenvolvimento das doutrinas socialistas na Inglaterra e na França, estenderam-se por toda a Europa. O proletariado industrial começou então a intervir ativamente na política, dando lugar ao aparecimento de um movimento nitidamente revolucionário, baseado na doutrina de uma inevitável luta de classes, cujos teorizadores, Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), constituíram então a fronteira entre o socialismo utópico ou romântico e o chamado socialismo científico.

Marx publicou juntamente com Engels, em 1848, o célebre Manifesto Comunista, que fixava o programa da Associação dos Comunistas fundada em Paris. Em Londres, onde viveu quase toda a sua vida, publicou em 1867 sua principal obra, O Capital, cujos dois últimos volumes foram publicados por Engels.



Nem todos os ensinamentos de Marx são originais. Suas teorias relativas à luta de classe e à mais valia são de Charles Hall e William Thompson, respectivamente. Contudo, Marx foi o primeiro a estruturá-las em termos de Economia Política.

Em síntese, Marx admitia como doutrinas fundamentais as seguintes idéias:

a) A interpretação econômica da História. Todos os grandes movimentos políticos, sociais e intelectuais, foram determinados pelo meio econômico de onde surgiram.

b) A luta de classe. Os indivíduos pertencem a grupos, tanto sociais como econômicos, e agem movidos por idéias e interesses que entram em conflito com outros grupos. A História fêz-se da luta entre as classes; na Antigüidade foi urna luta entre senhores e escravos. Na Idade Média um conflito entre os mestres das corporações e os trabalhadores e entre os senhores feudais e os servos. Agora, a classe capitalista e os proletários estão em luta.

c) Teoria da evolução socialista. O fim do capitalismo será a ditadura do proletariado, onde o Estado será o detentor dos meios de produção. O socialismo será apenas uma fase de transição para o comunismo, que deverá constituir uma sociedade sem classes, onde praticamente o Estado não existirá mais.

## **6. O MANIFESTO COMUNISTA (1848), DE KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS (TRADUÇÃO DE MARCUS CLÁUDIO ACQUAVIVA):**

### **I – BURGUESES E PROLETÁRIOS**

A história de todas as sociedades até hoje existentes, se confunde com a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e companheiro, em suma, opressores e oprimidos em conflito permanente entre si, levado a efeito numa guerra incessante, às claras ou dissimuladamente, a qual sempre se encerrou, a cada vez, ou pela reestruturação revolucionária da sociedade como um todo ou pela destruição das classes em choque.

Desde os primórdios da História, constata-se, em todos os lugares, uma clara divisão da sociedade em classes diferentes, ligadas a uma progressiva modificação nas condições de vida. Na Roma antiga, temos os patrícios, cavaleiros, plebeus e escravos. Na Idade Média, senhores, vassalos, mestres, companheiros, aprendizes e servos. Dentro de cada uma de todas estas classes, encontra-se, ainda, a existência de diversas camadas sociais subordinadas.

A sociedade burguesa atual, que surgiu dos escombros da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe; apenas substituiu as antigas formas de luta por outras, com novas classes sociais e novos meios de

opressão. Entretanto, nossa sociedade burguesa se caracterizou pela simplificação dos antagonismos entre as classes, de forma tal que a sociedade como um todo vai se reduzindo, paulatinamente, a apenas dois campos hostis, duas grandes classes que se defrontam: a burguesia e o proletariado!

Dos servos da Idade Média surgiram os burgueses privilegiados das antigas cidades e, destes, os primeiros representantes da burguesia de hoje.

A descoberta da América e a circunavegação da África abriram para a burguesia emergente novas alternativas. Os mercados da Índia Oriental e da China, a colonização do Novo Mundo, o comércio com as colônias, a evolução notável dos mecanismos de troca e o aumento das mercadorias em geral, foram os fatores que ensejaram um desenvolvimento, nunca antes verificado, do comércio, da navegação e da indústria, trazendo com isto o apressamento do processo revolucionário no seio da enfraquecida sociedade feudal.

O sistema feudal, com sua produção industrial monopolizada por grupos fechados, já não poderia mais atender à crescente demanda dos novos mercados. A produção manufatureira tomou o seu lugar. Os mestres das corporações foram substituídos pela pequena burguesia industrial, e a divisão do trabalho entre as diferentes corporações foi extinta, em face da divisão do trabalho em cada oficina. Os mercados, entretanto, continuavam em expansão e a demanda aumentando sem parar. A própria manufatura não mais atendia a esta. Então, o vapor e as máquinas revolucionaram a produção industrial. A manufatura foi substituída pela gigantesca indústria moderna, e a classe média industrial ultrapassada pelos capitães de indústria, senhores de verdadeiros exércitos industriais, constituindo a burguesia moderna.

A descoberta do Novo Mundo permitiu que a indústria moderna criasse seu mercado mundial, sendo que este promoveu um espantoso desenvolvimento do comércio, da navegação e dos meios de comunicação. Tal redundou numa expansão ainda maior da indústria. Conforme se desenvolviam a indústria, o comércio, a navegação e as ferrovias, a burguesia se firmava, aumentando seu capital e colocando em plano secundário toda classe oriunda da Idade Média.

Conclui-se, portanto, que a burguesia atual é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma escalada de revoluções nos modos de produção e de troca. Cada fase na formação histórica da burguesia veio acompanhada de um processo político correlato: a classe oprimida pelo feudalismo despótico se organiza em associação armada e autônoma na Comuna; aqui, república urbana independente (como na Itália e na Alemanha), ali, terceiro estado, tributário da monarquia (como na França). Mais tarde, no período manufatureiro, como contrapeso da nobreza, e como fundamento principal das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, conquistou afinal o domínio político exclusivo do Estado representativo moderno. Neste, o governo não passa de um órgão destinado a gerenciar os interesses comuns de toda a burguesia. Não há dúvida de que, historicamente, a burguesia

desempenhou um papel revolucionário dos mais significativos. Onde conquistou o poder, ela destruiu todas as relações feudais, patriarcais e idílicas. Dilacerou, cruelmente, os diversos laços que uniam o homem feudal aos seus superiores naturais, para que subsistisse apenas o laço frio do interesse, o insensível "pagamento à vista" nas relações humanas. Sufocou o êxtase sagrado do fervor religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal mero valor de troca e, em nome de todas as liberdades conquistadas, estabeleceu a implacável liberdade do comércio. Em suma, afastou a exploração camuflada pelas ilusões religiosas e políticas, para adotar a exploração aberta, cínica, direta e brutal. A burguesia retirou a auréola de todas as atividades consideradas, até então, respeitáveis e veneráveis, transformando o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência, em trabalhadores assalariados. Arrancou o véu sentimental que envolvia as relações familiares, reduzindo-as a meras especulações financeiras.

Graças ao incrível desenvolvimento dos meios de produção e às facilidades ensejadas pelos meios de comunicação, a burguesia consegue atrair, de maneira irresistível, todas as nações para o seu modelo de civilização, mesmo as mais atrasadas. Sua mercadoria barata constitui sua mais poderosa arma, capaz de derrubar até as muralhas da China e de subjugar os bárbaros mais desconfiados. Com mão de ferro, obriga todas as nações a adotarem um modo burguês de produção, com a ameaça de seu desaparecimento, se não o fizerem; força-as a optarem pelo que ela considera civilização, visando, em síntese, transformar o mundo à sua imagem e semelhança!

O sistema burguês submeteu o campo à cidade, dando origem a gigantescos aglomerados urbanos, aumentando descontroladamente a população das cidades e esvaziando os campos, liberando imensos contingentes do embrutecimento da vida rural. Assim como submeteu o campo à cidade, e os países atrasados ou menos evoluídos aos civilizados, submeteu, também, os povos agrícolas aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente.

## **7. BIBLIOGRAFIA:**

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Teoria Geral do Estado. Global Universitária, 1987.

BURNS, Edward Mcnall. História da Civilização Ocidental. Ed. Globo, 1968.

CARVALHO, Delgado de. História Geral, Civilização Contemporânea,. Record Cultural, 1976.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. Ed. Saraiva, 1981.

MAIOR, A. Souto. História Geral. Cia Editora Nacional, 1968.

RÉMOND, René. O Século XIX, 1815-1914. Cultrix, 1976.

RADBRUCH, Gustav. Filosofia do Direito. Arménio Amado Editor, 1979.